



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”

Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

ATA

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
DA COMISSÃO PERMANENTE DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA, DA 16ª LEGISLATURA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE
2017.

Às nove horas e trinta minutos, do dia dezoito de maio do ano de dois mil e dez, no Plenário "José Mariz", da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, reuniu-se a Comissão Permanente de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, da Assembléia Legislativa da Paraíba, foi realizada Audiência Pública, para discutir a proposta da LDO para o exercício de 2018. Sob a presidência do deputado Edmilson Soares, tendo como secretário o deputado Frei Anastácio, e estando presentes os deputados: Anísio Maia; Hervázio Bezerra; Cabo Sérgio Rafael; Renato Gadelha; Raniery Paulino; Adriano Galdino; Jutay Meneses; Estela Bezerra; João Gonçalves; Guilherme Almeida; Janduhy Carneiro; Tovar Correia Lima; Jullys Roberto; Nabor Wanderley; Tião Gomes e Bruno Cunha Lima. “Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano” o Deputado Presidente declarou aberta a sessão. O Presidente pediu ao deputado Adriano Galdino para conduzir o secretário Waldson Dias de Sousa ao Plenário. O Presidente convidou para compor a mesa: Madalena Abrantes, Defensora Pública; Waldson Dias de Sousa, Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; e Rangel Júnior, Reitor da UEPB. O Deputado Frei Anastácio realizou a leitura do Edital de Convocação da presente Audiência Pública, publicado no DPL nº 7.361, no dia 12 de maio de 2017. O Presidente comunicou que as inscrições para discurso estão abertas, e concedeu a palavra ao Secretário Waldson Dias de Sousa, que cumprimentou todos os presentes, e informou que veio demonstrar a projeção realizada pelo Governo,

passando a detalhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Apresentou em telão, detalhes técnicos sobre as previsões do projeto em debate. Destacou que não tem como afirmar que será arrecadado o previsto, diante de crise econômica que o país está passando. Em relação aos investimentos, afirmou que o Estado em 2016 não conseguiu atingir a meta. Informou que em relação ao Resultado Primário, o Estado foi rebaixado no ranque, e que a previsão para 2017 é fechar de forma positiva. Relatou que está previsto um crescimento para o exercício de 2018, e que houve uma reforma administrativa com redução de pessoal. Realizou a leitura de trechos da lei, e informou que será realizado um debate sobre a lei da autonomia. Comunicou que foram tomadas algumas medidas para obter o equilíbrio fiscal, dentre eles, o Decreto 37.208/2017, Decreto 37.222/2017, e extinção de alguns órgãos. Destacou que o ranque do FIRJAN, a Paraíba é o 13º melhor Estado do País com despesas de pessoal. Agradeceu e encerrou. O Presidente concedeu a palavra ao deputado Frei Anastácio, que agradeceu ao secretário pela exposição feita, e disse que estudou toda a peça orçamentária, realizou a leitura do art. 5º do projeto, e fez a seguinte pergunta: “Em que pese a força política das palavras que compuseram contida no texto aprovado da LDO anterior, no que tange especificamente a participação popular, gostaria de saber se a administração do executivo deixou, neste ano, de aplicar o tradicional diálogo com os segmentos organizados da sociedade sobre os aspectos principais que cercam a construção da LDO?”. Afirmou que o artigo 34 do projeto traz informação de que a reserva de contingência será de até 2% da receita corrente, e perguntou: “Quais as razões que levaram o Executivo a alterar o texto da LDO para 2017, excluindo a possibilidade de existência de percentual para atendimento das emendas dos deputados estaduais?” bem como: “Que margem política de negociação do Executivo se permite para que esta Casa possa retomar a condição existente no ano anterior, no qual dispúnhamos de até 1% da reserva de contingência para o atendimento das legítimas demandas dos membros deste parlamento?”. O Deputado destacou que a estimativa de renúncia fiscal proposta na LDO para 2018, será de aproximadamente quase um bilhão e seiscentos milhões de reais, e perguntou: “No momento como o atual, de grave crise econômica, na qual as contas públicas quase beiram o vermelho, como explicar que o Estado, pobre como o nosso, quase que 100% dependente das transferências constitucionais para se manter, opta por continuar adotando a política de promover renúncia fiscal em patamares tão elevados como é o nosso caso?”. Agradeceu e encerrou. O Secretário informou que em relação ao art. 5º é apenas a supressão de texto, e pode retornar ao texto sem problemas. Em relação a reserva de contingência,

afirmou que está sendo aplicado o que a LDO exige, e que deve constar até 2%. Quanto a renúncia fiscal, disse que também é definida pela Lei nº 101/2000, e que o texto é amplo em relação a base de cálculo sobre renúncia fiscal. O Presidente concedeu a palavra ao deputado Jeová Campos, que cumprimentou todos e disse que o povo não aguenta mais tanta humilhação. Parabenizou o Secretário pela capacidade de dialogar, e questionou se há possibilidade de ter mudanças econômicas, que possibilite ter crescimento no Estado. Questionou ainda quais os desdobramentos para possibilitar que a Paraíba possa fazer empréstimos e continuar a investir no crescimento. Disse que no Sertão tem diversas fábricas de confecção, e não há políticas de incentivos concretas. Agradeceu e encerrou. Com a palavra, a Defensora Pública Federal Geral, a Senhora Doutora Madalena Abrantes assumiu a tribuna e relatou que a Defensoria Pública está presente para requisitar o cumprimento do que rege na Constituição Federal e na Lei Orgânica Federal. Pronunciou que tais leis visam cumprir a autonomia funcional, financeira e administrativa da Defensoria Pública. Declarou que a autonomia financeira consiste em o Conselho Superior elaborar o seu próprio orçamento, para que este seja encaminhado ao poder executivo a fim de que seja consolidado e encaminhado para esta Casa, em que apenas a mesma tem o poder de modificar tal proposta. Em seguida, relatou que ao invés disso, o poder executivo está modificando a proposta orçamentária da Defensoria Pública e encaminhando para esta Casa uma nova proposta a ser aprovada. Na sequência, afirmou ainda que nem esta nova proposta que o poder executivo enviou e a Casa aprovou, está sendo cumprida, visto que há muitos anos a Defensoria Pública não realiza nenhum reajuste e isto tem prejudicado o alcance das metas já traçadas. Exemplificou ainda, citando que o único concurso público realizado não foi possível realizar a nomeação até então por falta de um orçamento digno. Relatou que é obrigação do Estado estruturar o órgão defensor. Em seguida, declarou que o Ministério Público recebe um orçamento três vezes maior que a Defensoria Pública. Relatou ainda, que a Defensoria Pública ingressou uma ação ao Supremo Tribunal Federal, e que os salários deste órgão no Estado da Paraíba foram tidos como inconstitucionais. Pronunciou que é de obrigação do poder executivo consolidar o orçamento que foi proposto pela Defensoria Pública. Em seguida, relatou que também entraram com um mandado de segurança devido à redução do duodécimo repassado pelo governo. Finalizou declarando que estão solicitando apenas a estruturação deste órgão defensor, visto que seu papel é de fundamental importância para a população mais carente. Proferiu que as condições de trabalho estão precárias, tendo que realizar parceria com municípios para que as metas sejam cumpridas.

Ato contínuo, o deputado Raniery Paulino tomou posse da palavra. O parlamentar cumprimentou a Doutora Madalena Abrantes pelo seu trabalho e pelo dia do defensor público comemorado no dia 19 de maio. Em seguida, solicitou ao secretário Waldson Dias de Sousa, para a realização de duas audiências: uma para o Reitor da UEPB e a outra para a Doutora Madalena Abrantes. Declarou que a solicitação ao governo é em prol de que as leis de autonomia, a LDO, a LOA e as leis da defensoria pública sejam cumpridas. Na sequência, proferiu que a Medida Provisória do congelamento do reajuste não contou com seu voto porque também aprovava o congelamento das promoções dos policiais e bombeiros. Relatou que existe uma solidariedade compulsória, pois foi um dos Estados que mais aumentou impostos. Declarou ainda, que votou favorável à realização de empréstimos para pagar a dívida, mas contra o aumento de impostos. Em seguida, solicitou um encaminhamento para que seja estabelecido um diálogo franco com o relator para a apresentação das emendas, visto que quase todas foram gozadas. Na sequência, fez um questionamento sobre se houve a recomposição do saque de 80 milhões da PBPREV para o pagamento de folha. Finalizou declarando que o orçamento democrático deve ser aperfeiçoado, para que seja discutido as demandas apresentadas a fim que se concretize através de um percentual mínimo. Ato contínuo, o Secretário Waldson Dias de Sousa, referiu-se a palavra do deputado Jeová Campos e declarou que não há como prever a arrecadação de FPE. Relatou que existem projeções feitas, em que são notadas grandes diferenças arrecadadas a cada mês. Na sequência, declarou que já existe uma expectativa de queda para o mês de maio. Afirmou que a evolução do ICMS do Estado está constante e tem previsibilidade melhor para exercício de 2018, superando em alguns momentos até 30% do valor do FPE. Relatou que este fator é importante porque o Estado deixou a dependência apenas do FPE, e isto afeta diretamente a receita geral, a receita corrente líquida, está sendo compensada com outras receitas para crescer os ICMS. Declarou ainda, que este fator repercute não só no Estado, mas também nos municípios. Ainda com a palavra, o secretário relatou sobre a o desdobramento do ponto de vista prático para assegurar os empréstimos sob o aval desta Casa. Declarou que já sofreram alguns impasses difíceis com o Governo Federal para obtenção desses empréstimos. Na sequência, pontuou alguns destes empréstimos, como o “Paraíba Rural Sustentável”, o empréstimo que assegura a manutenção do Projeto COOPERAR, e os empréstimos através do Banco do Brasil, mas que precisam do aval da Secretaria do Tesouro Nacional, que apesar de já terem assinado o empréstimo, a verba ainda não foi depositada. Ato contínuo, o secretário Waldson Dias de Sousa, relatou que a

Corporação Andina de Fomento não há previsão devido ao teto de endividamento. Declarou que os incentivos fiscais são logicamente tratados com a secretaria da receita e que toda indústria, setor têxtil e confecção do Estado estaria dentro deste rol. Afirmou ainda, que tal pauta precisa estar dentro da discussão do FAIN e na discussão da receita estadual. Em seguida, declarou que se comprometerá em conversar com o Secretário Marconi Frazão para averiguar os caminhos que a Paraíba tomará para essa área em específico. Ato contínuo, o orador referiu-se à fala da Senhora Madalena Abrantes e declarou que orçamento não pertence a nenhuma entidade, seja ela federal, estadual ou municipal. Relatou que o valor declarado no orçamento nem sempre condiz com o valor arrecadado. Pronunciou ainda, que para toda peça orçamentária são estabelecidos projeções e cálculos de execução dos exercícios anteriores, e que na medida em que um Poder, Órgão ou Secretaria encaminha sua peça orçamentária à Secretaria de Planejamento, a mesma é enquadrada dentro de critérios técnicos para poder ser ajustada à realidade financeira. Em seguida, relatou que esta mesma regra feita com a Defensoria, é realizada com a Assembleia, Ministério Público, Tribunal de Justiça e com as Secretarias de Estado, pois é impossível fornecer um orçamento que cada Órgão deseja devido à receita insuficiente. Proferiu ainda, que a peça orçamentária é um instrumento muito improvável de ser deduzido e, portanto deve ser equacionada de forma racional para cada órgão. Declarou, portanto, que o pensamento sobre a posição do Governo em repassar verbas abaixo do que foi solicitado é desfalcado, visto que a posição do mesmo é meramente técnica, se o valor desejado não foi repassado é devido aos limites da receita de acordo com a projeção da lei orçamentária e que não há a possibilidade de se fazer a mais com nenhum Poder. Afirmou ainda, que é assim o tratamento com os Órgãos da administração direta e indireta do executivo. Ato contínuo, o orador relatou que o Poder executivo precisa de 80,67% de todo o orçamento para a administração direta e indireta e a Defensoria e UEPB estão dentro desse percentual. Declarou ainda, que o Governo do Estado fica aquém para manter a regra do repasse da fixação de duodécimo fixo, até mesmo porque a projeção da receita líquida para 2017 será menor do que a do ano anterior. Relatou que de acordo com este quadro, o governo poderia reduzir os duodécimos fixos devido à redução da receita, porém isto não foi feito e nem está sendo proposto. Proferiu que o descumprimento é neste sentido, em que o Governo está se arriscando em desfavor ao executivo para garantir a regra da LDO. Ato contínuo, o secretário Waldson Dias de Sousa, referiu-se à fala do Senhor deputado Raniery Paulino devido aos seus argumentos sobre o descumprimento do Governo do Estado, do total do

orçamento em relação ao valor fixado e declarou que já esclareceu sobre isto. Relatou que as previsões para o orçamento de 2018 chegam a Casa baseadas nos valores reais do primeiro semestre de 2017. Ato contínuo, ainda com a palavra o secretário relatou que sobre o saque realizado da PBPREV, este foi feito para pagar os próprios aposentados contribuintes à PBPREV. Declarou que este valor será devolvido ainda dentro do mandato do Governador Ricardo Coutinho, e que a Casa já havia aprovado esta devolução feita dentro do exercício do governador. Na sequência, a deputada Estela Bezerra assumiu a tribuna. A parlamentar parabenizou a fala do Secretário Waldson Dias de Sousa, sobre as estratégias do Governo diante do cenário de projeção orçamentária feita de acordo com a realidade do país. Declarou que até 2015, a projeção orçamentária crescia 20% baseado na receita. Em seguida, relatou que a realidade atual é uma projeção que diminui em 10%, consequentemente, o financeiro está apertado devido a uma menor receita. Declarou que as medidas amargas tomadas, foi tentar que a máquina administrativa fosse mais leve e eficiente, não deixando de investir em educação e saúde. Proferiu ainda, que no momento a Casa está passando por reformas administrativas e que foi necessário uma série de medidas provisórias resultadas de uma consultoria que analisou que alguns órgãos não mais respondem às necessidades atuais e precisam ser modificados. Declarou ainda que as atuais descobertas de corrupção têm impactado na economia do país e ainda vai refletir muito mais. Relatou, portanto, que diante de toda esta realidade, deve-se trabalhar com uma receita menor. Declarou ainda, que gostaria que tivessem também um aprofundamento das metas do governo nas áreas estratégicas. Na sequência, parabenizou o Governo do Estado por trabalhar diante de um orçamento reduzido e atingir as metas estabelecidas. Referiu-se à fala do deputado Jeová Campos e relatou que devemos fazer uma melhor política tributária a fim de estabelecer o tributo como via de fomento do desenvolvimento econômico em algumas regiões potencializadas através de uma análise. Finalizou sua oratória, solicitando à Comissão para que seja aprofundado mais, a exemplo da saúde e educação que possuem grandes desafios. Declarou que tais desafios são a abertura do hospital oncológico, que precisa da parceria do Governo Federal e no avanço da Educação do Ensino Médio em momento de modificação, além de estruturar esta educação profissionalizante. Ato contínuo, o senhor presidente registrou a presença de Manoel Isidro, Presidente do SINDIFISCO. Em seguida, o deputado Renato Gadelha tomou posse da palavra. O parlamentar questionou o fato de mesmo com a repatriação em 2016, devido ao exagero dos tributos de ICMS, IPVA, ITBI, a receita apurada permanecer a mesma. Declarou ainda, que

segundo o Secretário Waldson Dias de Sousa, houve um aumento das despesas correntes de 23,6%, mas relatou que o Governo proibiu as promoções e aumentos até mesmo para a classe policial. Questionou, portanto, como seria possível o aumento destas despesas se não houve aumento com os gastos. Questionou também se na despesa está a posição dos codificados, visto que já aconteceu de gerarem duas folhas divergentes de pagamento, uma para o Banco do Brasil e outra para o Tribunal de Contas. Interrogou ainda, o fato do Tribunal de Justiça estar recebendo duodécimo a menos, assim como esta Casa, a Defensoria Pública, o Ministério Público e a UEPB. Declarou ainda que o secretário afirmou que tais instituições, com exceção do Tribunal de Justiça, gastaram acima do permitido pelo duodécimo e questionou tal fato. Ato contínuo, o Presidente da Casa registrou a presença da Senhora Lourdinha Dantas, Presidente do sindicato dos servidores desta Casa. Na sequência, o deputado Janduhy Carneiro tomou posse da oratória. O parlamentar relatou que é preocupante a redução rotineira dos duodécimos. Declarou que o Tribunal de Justiça afirmou que o orçamento está estagnado e que comarcas poderão ser fechadas no Estado da Paraíba segundo a reportagem do Paraíba Online. Em seguida, declarou que outra preocupação é em respeito ao Ministério Público, em que há duas ações tramitando no Tribunal de Justiça. Relatou que a primeira é um mandado de segurança e a outra é uma cobrança em relação ao duodécimo. Ato contínuo, outra questão abordada e preocupante é sobre a Defensoria Pública, em que sua autonomia administrativa, financeira e funcional, prevista na Constituição Federal e Lei orgânica Federal, tem sido desrespeitadas. Declarou que as despesas da autonomia entram no poder executivo como se a Defensoria Pública não fosse um Órgão autônomo, deixando estagnado há quatro anos o orçamento. Na sequência, proferiu ainda que também há a quebra da autonomia da UEPB, vivenciada na Paraíba, em que o reitor Rangel Júnior já pediu há muito tempo esta Audiência Pública, além de outros órgãos e classe como os Defensores Públicos e policiais. Relatou que caso o Governo não queira recebê-los, deverá ao menos designar um representante, a exemplo do Secretário Waldson Dias de Sousa, para que estas instituições dialoguem com o executivo. Declarou que gostaria de ouvir do Presidente do SINDIFISCO sobre o recebimento da arrecadação positivo, e entender o porquê do Secretário narrar um quadro ainda crítico e deficitário. Finalizou parabenizando o Presidente Edmilson Soares pela condução dos trabalhos e apelou ao Secretário de Planejamento, sobre a questão destes debates. Ato contínuo, o secretário Waldson Dias de Souza usou a palavra e falou sobre a expansão de critérios e definição política tributária do Estado, disse que a área da saúde está

contemplada no programa “Mais trabalho”. Quanto à descentralização dos serviços de cardiologia no Estado, anunciou que sessenta e seis milhões de reais serão destinados ao Hospital Metropolitano de Santa Rita, mas que não houve autorização do Ministério da Saúde para procedimentos de oncologia. Comentou que não houve aumento de outras despesas correntes, do grupo de custeio do Estado e dos órgãos e que existe uma previsão de 23% para 2018, sendo de no máximo 21% para custeio. Disse que os codificados desempenham as atividades para o Estado de forma oficial. Observou que eles não podem ser atribuídos ao governo atual, pois muitos atuam há trinta anos no Estado, além disso, o quadro deles está contemplado na despesa de pessoal e implica no cálculo de índice de pessoal. Afirmou que estão trabalhando de forma articulada para diluir o problema, mas não há possibilidade de realizar concurso público para ocupar todos os cargos. Informou que o Tribunal, todos os meses, tem acesso ao fechamento da folha. Em aparte, o deputado Renato Gadelha indagou se o secretário tem conhecimento do número de codificados e o valor pago aos mesmos. Em seguida, o Secretário respondeu que o próprio Tribunal disponibiliza esses dados e recebe toda a informação de pagamento e lotações, todos os meses. O deputado Janduhy Carneiro disse que a Constituição Federal não prevê a contratação por meio de codificado. O secretário Waldson Dias de Sousa, respondeu que o tribunal já fez suas recomendações, mas ressaltou o impacto financeiro impossível caso ocorra a substituição de todos. Afirmou que todos os órgãos e Poderes estão recebendo os duodécimos de acordo com o previsto em 2016. Disse que a base de cálculo utilizada pelos outros órgãos está errada e promoveu a leitura da forma de cálculo da Lei nº 7.643. Sobre a redução de comarcas, falou que o presidente do Tribunal de Justiça alegou a necessidade técnica de reorganização, mas não a redução de duodécimos. O secretário do Planejamento negou a falta de diálogo com qualquer categoria ou entidade. Reafirmou o cumprimento da lei de autonomia e lamentou a falta de recursos para atender a todas as demandas, pois o controle de folha e custeio é incisivo para ajudar ao Executivo. Afirmou ser preciso manter a maior estabilidade entre os Poderes com o ajuste fiscal. Ato contínuo, o presidente concedeu a palavra ao reitor da UEPB, senhor Rangel Júnior. O orador saudou os presentes e ressaltou a importância deste debate. Comentou que todos os anos havia referência na LDO à Lei nº 7.643 e que a UEPB tem lei própria aprovada por esta Casa. Falou que o conceito de receita ordinária só existe na Lei nº 7.643, mas o Artigo 35 fala em receita ordinária líquida, mas não deixa claro se refere ao previsto na lei 7643. Destacou que segundo o Artigo 2º da Lei nº 7.643, cabe ao Governo do Estado transferir os recursos financeiros e não

apenas demonstrar na tela do SIAF. Indagou como a UEPB poderia fazer o pagamento da gratificação natalina se o recurso não é repassado. Disse que os depósitos não são realizados na conta da entidade, mas apenas disponibilizado o extrato em tela do sistema SIAF. Colocou-se à disposição para tratar da adequação da receita ordinária ou dispositivo que assegure a transferência dos recursos à instituição. Em seguida, o deputado João Gonçalves ocupou a tribuna e saudou os presentes. Disse que apresentou voto de aplauso pelo Dia do Defensor Público, ressaltando a importância da categoria para a sociedade, que o debate é momento importante e relatou a evolução da Paraíba durante o governo de Ricardo Coutinho. Reconheceu o direito das greves, mas observou que o alunado é prejudicado. Disse haver crise institucional no país, citou as delações da Lava-Jato e apontou o envolvimento das instituições em esquemas de corrupção e destacou o sucesso de Ricardo Coutinho em gerenciar a Paraíba. Colocou-se à disposição de todos. Ato contínuo, o deputado Hervázio Bezerra ressaltou a preocupação de todos com o futuro do país. Disse que se vislumbram agora um debate técnico e um debate político, ambos legítimos e cabíveis. O debate técnico foi realizado pelo secretário e que não houve nenhum questionamento. Considerou que o discurso político foi realizado por Raniery Paulino. Reconheceu as dificuldades das instituições. Comentou que a crise financeira não foi criada pelo governador Ricardo Coutinho, quem apenas teve o dever de dar publicidade. O deputado Renato Gadelha reiterou que ninguém sabe quantos codificados recebem do Estado, o que prejudica o orçamento das demais instituições. Retomando, o deputado Hervázio Bezerra disse que a contratação de novos servidores não é possível devido à escassez de recursos. Afirmou que a audiência tem a finalidade de traçar debate técnico. Ato contínuo, o deputado Tovar Correia Lima ocupou a tribuna e rejeitou o discurso do deputado Hervázio Bezerra por falta de tecnicidade. Em pronunciamento lido, deixou claro que o duodécimo é garantido constitucionalmente. Disse que a folha da Paraíba cresceu 121,55 % desde que Ricardo assumiu, mas, de 2011 para 2012 os efetivos cresceram 22% e os codificados tiveram 64 milhões de reais de um ano para o outro. De 2011 para 2015, foram 345 milhões de reais em crescimento de gastos com os codificados, totalizando 195,09%. Em outro lado, o Estado criou o imposto de 3% em cima de cada nota fiscal emitida, além de taxa para o CPF, apenas com finalidade de arrecadar. Disse que o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e o Ministério Público afirmam o repasse reduzido ou inferior ao do ano passado. Alegou haver crime de apropriação indébita com a falta de repasse de duodécimo, além do descumprimento a independência financeira. Lamentou a saída do orador

anterior de Plenário. Disse que o governo arrecada mais, congela os salários dos funcionários e, além de tudo, não cumpre os duodécimos. Indagou: “Qual seria a previsão da devolução de valores do fundo capitalizado? Qual a solução do governo do Estado para resolver a questão orçamentária da UEPB, uma vez que vem sofrendo perdas de receita? Ou não tem solução? A MP 242 determina a suspensão dos reajustes e suspensão de promoção dos servidores públicos por tempo indeterminado, quando será normalizada a data base dos servidores da Paraíba?”. Na sequência, o deputado Guilherme Almeida usou a palavra para externar a preocupação com as atribuições dos deputados estaduais em receber, analisar tecnicamente e apresentar emendas para dar satisfação ao povo do Estado da Paraíba. Ressaltou sua atuação política em Campina Grande, cuja prefeitura tem desempenhado gestão que garante mais qualidade de vida ao povo. Quanto à peça encaminhada a esta Casa, indagou se a emenda pode ser elaborada para contemplar o setor industrial e comercial ligado ao complexo Aluísio Campos. Rogou por prioridade a este setor, a fim de garantir o desenvolvimento econômico. Com a palavra, o secretário disse que o SINDIFISCO anunciou apresentação de crescimento de folha não efetivo de 121%. Afirmou que essa informação é deturpada, pois houve redução geral da folha, inclusive de pessoal e não efetivos. Disse que pode encaminhar extrato do TCE. Colocou-se à disposição para debater esses números. Ainda com a palavra, o Secretário fez esclarecimentos sobre o repasse do duodécimo, fez comparativos com o repasse do orçamento para os demais poderes, descreveu a receita ordinária, afirmou que não haveria deturpação nos números orçamentários e elucidou os recursos do fundo previdenciário, do orçamento da UEPB e da Defensoria Pública. Por fim, enumerou artigos da lei de autonomia da Universidade Estadual da Paraíba, explanando a situação das despesas com os servidores técnicos administrativos e professores, além de ressaltar que o Governo do Estado estaria cumprindo com a legislação vigente na transferência do orçamento à instituição de ensino. Em seguida, o Presidente facultou a palavra aos demais inscritos. Com a palavra o Senhor Nelson Júnior, representante da ADUEPB (Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba), que sugeriu modificação na LDO justificando a necessidade, ressaltou a importância de uma audiência da UEPB com o Governo do Estado, destacou que a peça orçamentária não estaria prevendo a reposição salarial dos servidores estaduais para os anos seguintes e concluiu apelando a audiência do Governador Ricardo Coutinho com os representantes da instituição. Usou da palavra, em seguida, a Senhora Lourdes Sarmiento, da Comissão de Negociação da UEPB, que fez indagações ao Secretário sobre o repasse do orçamento de

governos passados à instituição, apresentou números sobre o repasse atual do orçamento à UEPB, lamentou a retirada de trâmite na Assembleia Legislativa da Paraíba a lei que garantia a relação institucional e o Estado, destacou a viabilidade de melhorias aos servidores da instituição e concluiu afirmando que o Governo do Estado não estaria observando a lei de autonomia da UEPB. Usou da tribuna logo após a Senhora Lourdes Dantas, Presidente do SINPOL, que parabenizou a Comissão de Orçamento pela audiência, registrou a luta da categoria dos servidores da Assembleia Legislativa por um novo plano de cargos, carreira e salário, frisou que o Sindicato estava no embate para a aprovação do PCCR e pediu apoio e a sensibilidade dos senhores deputados para a inclusão do plano na peça orçamentária da Assembleia. Em seguida, falou o Senhor Benedito Venâncio, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Tribunal de Justiça da Paraíba, que lamentou a ausência de outras representações do Tribunal de Justiça, externou a importância do contraponto no debate do orçamento envolvendo os poderes e o Governo do Estado, apontou situações de mudanças à Lei de Diretrizes Orçamentária, evidenciou a necessidade do avanço no debate e por fim agradeceu a oportunidade. Usou da palavra logo após o Senhor Manoel Isidro, representante dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba, que agradeceu os elogios recebidos, esclareceu alguns pontos sobre a diferenciação entre codificados e servidores não efetivos, apontou o aumento no número de servidores comissionados na atual gestão do Governo do Estado, contrapôs os dados apresentados pelo Secretário acerca dos codificados existentes na Paraíba, a exemplo da Secretaria de Saúde, destacou o risco de acidentes na Secretaria da Receita Estadual e nos postos de coleta do Estado, apontou o crescimento dos impostos e demonstrou que, a despeito disso, não houve aumento salarial para os servidores estaduais. Por fim, agradeceu a oportunidade. Com a palavra, o Secretário de Estado do planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Waldson Dias de Souza teceu esclarecimentos ao senhor Nelson Júnior acerca do percentual da UEPB. Assegurou que não houve diminuição, apenas a base de cálculo está equivocada. Disse que não vê nenhum empecilho a esse respeito e o caso será estudado. Respondendo à senhora Lourdes, falou que o índice da Receita Ordinária em valores percentuais são questões que precisam ser alinhadas. Respondendo as indagações de Lourdinha, presidente do SIMPOL, comentou que todos os poderes devem se posicionar no intuito de contribuir para o ajuste fiscal, portanto, não há perspectivas financeiras. Segundo o secretário, as receitas estão prejudicadas pela falta de estabilidade política. Reportando-se à pergunta feita pelo senhor Benedito, garantiu que não há redução de duodécimo, portanto, só o Tribunal de Justiça

poderá responder. Quanto aos prestadores de serviço codificados, esses já existiam no Estado. Falou que muitos estão na folha de pagamento há mais de vinte anos. Citou como exemplo o hospital de Monteiro e o hospital de Trauma de João Pessoa, que possui mais de dois mil e quinhentos servidores codificados. Segundo o secretário, atualmente todos estão regularizados. Em seguida apresentou um percentual de crescimento da folha de pagamento do Estado, que segundo ele cresce dentro do proporcional de cada ano. Comentou a tendência de crescimento do ICMS, porém destacou a queda do FPE que no ano de 2016 teve sérios problemas. Esclareceu ainda que se o FPE cair a repercussão é negativa pois, o pagamento do Estado depende de transferências correntes da União. Continuando sua explanação, garantiu que o controle da folha de pagamento do Estado está assegurado. Pela Ordem, o deputado Frei Anastácio parabenizou a maturidade política na presente audiência pública. Em seguida, convidou todas as pessoas presentes para uma mobilização da realidade política brasileira logo mais às 15 horas em frente ao Liceu Paraibano. Pela Ordem, o deputado Janduhy Carneiro parabenizou a Casa pela condução dos trabalhos. Agradeceu aos convidados presentes e enalteceu o bom debate. Em seguida, o presidente em exercício, deputado Edmilson Soares encerrou a presente reunião de audiência pública. Plenário José Mariz, João Pessoa, 18 de maio de 2017.

Deputado Edmilson Soares
Presidente